

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O PEQUENO
PRODUTOR RURAL - COM ESTUDO DE CASO.**

**THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING FOR THE SMALL RURAL
PRODUCER – WITH A CASE STUDY.**

¹GELSON BARESY DUTRA

Graduando em Ciências Contábeis pela UniEVANGÉLICA-GO.

²DANIEL FERREIRA HASSEL MENDES

Professor do Curso de Ciências Contábeis pela UniEVANGÉLICA-GO.

1 Bacharelado do curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - E-mail: gelsonbaresy1109@outlook.com

2 Professor do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - E-mail: danielhmendes@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa teve o objetivo avaliar de forma precisa a importância da contabilidade rural para o pequeno produtor, como instrumento de gestão, quebrando o mito da complexidade de se fazer contabilidade, simplificando os procedimentos e proporcionando análises de relatórios práticos, para uma análise dinâmica e eficiente no momento da tomada de decisão. Esse artigo justifica-se por retratar a importância da contabilidade para o pequeno produtor rural; a metodologia adotada é a revisão bibliográfica de teor qualitativo e descritivo explorando o estudo de caso com a utilização de um questionário na fazenda São João das Antas no município de Gameleira de Goiás – GO. Sendo assim, conclui-se que, o uso da contabilidade na área permitiria aos pequenos produtores uma forma mais eficaz e lucrativa no controle rural.

Palavras-chave: contabilidade rural; pequeno produtor; profissional contábil.

ABSTRACT

The present study aimed at accurately assessing the importance of rural accounting for the smallholder as a management tool, breaking the myth of the complexity of accounting, simplifying procedures and providing analysis of practical reports for an analysis dynamic and efficient at the time of decision making. This article is justified by portraying the importance of accounting for the small rural producer; the methodology adopted is the bibliographic review of a qualitative and descriptive content exploring the case study with the use of a questionnaire at the São João das Antas farm in the municipality of Gameleira de Goiás - GO. Thus, it is concluded that the use of an accounting professional in the area would allow small producers a more effective and profitable form of rural control.

Key words: rural accounting; small producer; professional accountant.

1. INTRODUÇÃO

A constante evolução tecnológica e as exigências do mercado consumidor em adquirir produtos com melhor qualidade e preços mais atrativos, fazem com que o empresário rural amplie suas técnicas financeiras e de produção. Assim, para melhorar o desempenho dos negócios na empresa rural é necessária a utilização de ferramentas que demonstrem a viabilidade financeira das atividades (DI DOMENICO, 2015). A contabilidade é uma ferramenta que oferece informações para o planejamento, controle e tomada de decisão, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a evolução do setor e comparar o desempenho das atividades (BORILLI et al. 2005).

A contabilidade se tornou muito importante para qualquer negócio em si e não seria diferente para as pequenas empresas rurais na qual os sócios-administradores necessitam ter uma tomada de decisões com cautela sobre seu Patrimônio Rural para não levar prejuízo, escolhendo o momento certo de comprar, vender, plantar, colher e investir no seu negócio para alcançar o melhor preço e assim maximizar seu lucro. Uma curiosidade interessante, segundo Marion (2016), na contabilidade rural, em questão ao encerramento do exercício social diferente da contabilidade comercial e industrial que encerra seu exercício em 31/12, ela não precisa necessariamente encerrar seu exercício ao final do ano civil isso ocorre na produção agropecuária, do período de planta até a colheita na agricultura, ou do nascimento dos bezerros até o desmame na pecuária.

Crepaldi (2012) ressalta que apesar de sua importância a Contabilidade Rural é pouco usada no Brasil. Os produtores rurais vivem ainda em padrões bastantes antigos, acreditam que certa técnica não trará possíveis retornos financeiros significativos. Sendo assim, há poucos profissionais capacitados nessa área, a maioria dos fazendeiros só buscam os contadores em época de apuração do imposto de renda. Uma informação contábil eficiente ajuda aperfeiçoar a empresa rural para planejamentos futuros encontrando os pontos fracos para corrigi-los e conservando pontos fortes na atividade produtiva determinando o sucesso que ajuda o empresário no auxílio no controle gerencial e patrimonial de sua empresa.

Tem-se como objetivo geral desse artigo avaliar de forma precisa a importância da contabilidade rural para o pequeno produtor; já os objetivos específicos do mesmo são historiar contabilidade, conceituar atividade rural e empresa rural; e definir a contabilidade para o produtor rural.

Esta pesquisa justifica-se por retratar a importância da contabilidade para o pequeno produtor rural, pois o produtor que possui um plano contábil bem estruturado e o controle de

seu patrimônio por meio de balanços, demonstrações e análises financeiras é capaz de conseguir bons resultados, fica por mais tempo no mercado e por consequência garante o sucesso de sua empresa.

Esta pesquisa estrutura-se da seguinte forma: além desta introdução, tem-se o referencial teórico empregado no seu desenvolvimento, reúne-se o detalhamento dos aspectos metodológicos utilizados, apresenta-se a análise dos resultados encontrados no estudo de caso, por fim, têm-se as considerações finais sobre o trabalho, incluindo sugestões e recomendações acerca do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito e historicidade da contabilidade

Sobre o início da contabilidade, o que é certo, é que não existe uma data definida para as primeiras manifestações do pensamento contábil do ser humano, alguns pesquisadores acreditam que tal fato ocorreu na pré-história da humanidade, esse período compreende do início dos tempos até a invenção da escrita em 4.000 a.C.. E é subdividido em três períodos, o paleolítico, que é dividido em inferior, médio e superior; neolítico e idade dos metais, de modo que, segundo Lopes de Sá (2009), acredita-se que a contabilidade surgiu no período do paleolítico superior. Apesar de divergirem na data, os teóricos convergem em uma mesma ideia, a de que a contabilidade nasceu simultaneamente ao surgimento da civilização.

De Faria (2009 p.7) cita o livro de Jó considerado o mais antigo da Bíblia versículo três do primeiro capítulo para explicar a origem da Contabilidade: “E era o seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentas jumentas.” Percebe-se na afirmação do autor acima que à existência de um contador na descrição da riqueza de Jó retrata o controle de seu patrimônio com devida exatidão e cuidado. Mesmo com conhecimento matemático limitado a Contabilidade já mostrava seus traços desde os povos primitivos. Segundo Iudícibus (2009 p.12):

Luca Pacioli publicou, em Veneza, a *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalita*, em 1494, texto no qual se distingue, para a história da Contabilidade, o *Tractatus de computis et scripturis*, talvez a primeira exposição sistemática e completa dos procedimentos contábeis as partidas dobradas de que se tem notícia.

Observe-se que Luca Pacioli é o pai da Contabilidade mesmo existindo retratos mais antigos de autores precursores de sua obra uma coisa é certa não podemos tirar os méritos do

seu trabalho fundamental para o avanço da Contabilidade. A Contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem e desde o seu início houve a necessidade e preocupação de se controlar o patrimônio e apoiar a tomada de decisões para auxiliar no crescimento e sua continuidade. Segundo Faria, Iudícibus e Marion (2009, p. 10) a contabilidade não é uma ciência exata. É uma ciência social aplicada, pois é a ação do homem que gera e modifica o fenômeno patrimonial.

Silva fala na história da contabilidade no Brasil, que no dia 16 de julho de 1679, através da carta Régia (documento assinado por um monarca) é criada a casa dos contos, órgão incumbido de processar e fiscalizar as receitas e despesas do estado, em 1808 com a chegada da família real portuguesa houve um aumento dos gastos públicos e também da renda dos estados.

A história contábil no Brasil ainda carece de estudos aprofundados e comprovações científicas, sobretudo, em relação a possíveis eventos anteriores ao período colonial. Necessário se faz que historiadores, universidades e até conselhos se interessem pelo tema e dediquem-se a um estudo mais aprofundado, visto ser a contabilidade uma ciência vital no controle do patrimônio, capaz de proporcionar aos interessados análises estáticas e dinâmicas (SILVA; ASSIS, 2015).

O mundo está a cada dia mais globalizado, ocorrências na economia de um país refletem rapidamente em outros, as informações se movem rapidamente, as empresas sob pena de se tornarem limitadas, necessitam de um cenário contábil que lhes permitam uma linguagem universal nas demonstrações, superando as barreiras do idioma e moeda, sendo rápida, inteligível aos usuários, capaz de proporcionar credibilidade e segurança nos demonstrativos publicados, como relata em seu trabalho (RIOS et al., 2009).

Silva; Assis (2015) afirmam que embora a evolução contábil no Brasil tenha sido patrocinada pelo ente estatal, foi na iniciativa privada que se verificam os maiores avanços. A evolução contábil apresenta assim o seu aspecto paradoxal, representando, portanto, uma quase inesgotável fonte para novas pesquisas. O avanço da Contabilidade sempre esteve associado ao progresso da humanidade, e evoluiu, atrelada a acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos, sugerindo ser uma ciência dinâmica, que sob pena de não acompanhar tal evolução se tornar obsoleta e cair em desuso.

2.2 O conceito de atividade rural

A atividade rural apresenta mudanças com significativo impacto sobre suas funções e conteúdo social, levando ao surgimento de uma série de estudos e pesquisas sobre o tema em vários países, sobretudo nos países desenvolvidos, onde esse processo apresenta maior importância. O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação (MARQUES, 2015).

O agronegócio brasileiro sempre contribuiu de maneira significativa para o equilíbrio da balança comercial do país, pois apresenta saldos positivos frequentes se considerados separadamente. O setor contribui dessa forma com o desenvolvimento econômico do país em vários aspectos, começando pela oferta de produtos para a demanda interna, passando pela absorção de contingente significativo de mão de obra, e de maneira importante na geração de divisas provenientes das exportações (MARTHA JÚNIOR E FERREIRA FILHO, 2012).

Entende-se por agronegócio como sendo as operações utilizadas na produção de produtos agrícolas e pecuários, levando em conta o início “dentro da porteira” até o final “fora da porteira”, envolvendo os processos de produção, armazenamento, processamento (fase industrial), comercialização e a distribuição para consumidor final. Os produtos agrícolas brasileiros estão entre os primeiros exportados do mundo, no mercado de carnes destaque para bovina, suco de laranja e grãos em especial a soja, mantendo a balança comercial em alta quase o ano todo (FONSECA, 2015).

Na atividade rural, os termos e as expressões referentes a produtor rural variam de região para região. O Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural, (2014, p.21), define o produtor rural como sendo “a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou prepostos”.

Segundo Vilhena e Antunes (2010, p.2):

Consideram-se como atividade rural a exploração das atividades agrícolas, pecuárias, a extração e a exploração vegetal e animal, a exploração da apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras de pequenos animais; a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, realizada pelo próprio agricultor ou criador, que são aqueles que exploram a capacidade produtiva do solo, através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas, ou seja, o produtor rural, que é a pessoa física, também chamada de pessoa natural.

Crepaldi (2016, p.1) fala que “As atividades rurais são exercidas de várias formas desde o cultivo caseiro para a própria subsistência até os grandes complexos industriais, explorando os setores agrícolas, pecuários e agroindustriais”.

A atividade rural no Brasil tem vislumbrado uma modernização cada vez maior, fato que implica em uso cada vez menor da efetiva mão de obra no campo, já que ocorre a substituição de trabalhadores por maquinários que proporcionam uma rentabilidade e produtividade muito maior. Esse modelo de produção “automatizado” acaba por exigir do produtor ou empresa, recursos adicionais para aquisição de novos maquinários, quase sempre financiados, além do tradicional financiamento da safra agrícola. Verifica-se então, que é preciso disponibilizar ao produtor rural, linhas de financiamento acessíveis e diversas para que este consiga, via sistema financeiro, custear a atividade pecuária ou agrícola, bem como efetuar aquisição de algum maquinário ou para construir benfeitorias na propriedade (RIBEIRO, 2018).

2.3 A empresa rural

A organização do agronegócio tem incorporado diversas práticas administrativas em sua gestão, as quais já são tradicionais para organizações industriais, comerciais e de prestações de serviços tipicamente urbanas. Ao tomar decisões, é fundamental conhecer o contexto em que está inserida a propriedade rural, assim como seus custos, despesas, mercado e tecnologias (CALLADO; MORAES, 2011).

O Novo Código Civil (NCC), que entrou em vigor em 11 de Janeiro de 2003, define o termo empresário como “aquele que exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou serviços”. Essa atividade de produção, realizada de forma profissional com a finalidade de gerar riqueza, reconheceu o trabalho do produtor rural como o de criação de bens e serviços, o empresário rural.

Segundo MARION (2014, p. 22), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), art. 4º, inciso VI, define e caracteriza a “Empresa Rural” como:

Empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para

esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.

Nas empresas rurais, Crepaldi (2011) reconhece a existência de limitações organizacionais e estruturais que dificultam a tarefa de gerar informações gerenciais que permitam a tomada de decisões com base em dados consistentes e reais. Contudo, a ausência de qualquer método de apuração e apropriação de custos é uma falha grave na tomada de decisões. Assim, para que a empresa rural alcance lucratividade satisfatória é preciso considerar um resultado financeiro positivo, que somente será obtido com uma tomada de decisão consolidada e apoiada por um sistema de custos (FRANCO, 1988).

O fator de produção mais importante para a agropecuária é a terra, pois na terra se aplicam os capitais e se trabalha para obter a produção. Se a terra for ruim ou muito pequena, dificilmente se produzirão colheitas abundantes e lucrativas, por mais capital e trabalho de que disponha o agricultor. Desse modo, uma das preocupações fundamentais que deve ter o empresário rural é conservar a capacidade produtiva da terra, evitando seu desgaste pelo mau uso e pela erosão. O capital representa o conjunto de bens colocados sobre a terra com objetivo de aumentar sua produtividade e ainda facilitar e melhorar a qualidade do trabalho humano (CREPALDI, 1998, p. 23).

O último fator da produção é o trabalho. Segundo Crepaldi (1998, p. 24) o trabalho é o conjunto de atividades desempenhadas pelo homem, tendo a tarefa de administração e execução das práticas agrícolas. A primeira exige um conhecimento maior, já a segunda requer saber fazer aquilo para o qual foi determinado.

No que diz respeito à contabilidade agrícola, deve-se considerar principalmente a existência do tipo de cultura: cultura temporária ou cultura permanente. Segundo Marion (1996, p. 36) culturas temporárias são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. O período de vida é curto e após a colheita, deve-se limpar o solo para que seja realizado novo plantio (soja, milho, trigo, arroz, feijão, batata, amendoim, girassol, legumes, etc). Culturas permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo proporcionando mais de uma colheita ou produção. Atribui-se a essas culturas uma duração mínima de quatro anos.

Gerar informações que permitam a tomada de decisões por parte dos produtores rurais é uma dificuldade constante. Saber onde estão sendo gastos os recursos e onde estão sendo geradas as receitas é papel do administrador rural. Há muita falta de controle e organização financeira, pois poucos separam suas despesas particulares de seu negócio agropecuário. Muitos sequer individualizam custos e receitas de cada cultura ou tipo de

exploração, assim, fazendo com que o controle de caixa da empresa rural fique completamente desorganizado (CREPALDI, 2012).

2.4 Contabilidade rural

A Contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio de uma entidade por meio das contas de bens, direitos e obrigações. É um conjunto de técnicas que são usadas para um melhor gerenciamento das operações feitas nas entidades, em várias distribuições específicas a contabilidade de se divide em vários ramos, uma delas é a contabilidade rural. A Contabilidade Rural é a ciência que estuda o patrimônio rural, dando contas específicas ao meio rural e suas particularidades, evidenciando a importância de cada seguimento do meio rural, seja criação de animais ou de culturas permanentes e perenes (FONSECA, 2015). Para Marion (2012, p.3) Contabilidade Rural: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais.

Segundo Crepaldi (1998, p. 85):

A contabilidade é a radiografia de uma Empresa Rural. Ela traduz, em valores monetários, o desempenho do negócio e denuncia o grau de eficiência de sua administração. Em última análise, a Contabilidade vai dizer se uma Empresa Rural está atingindo o seu objetivo final: o lucro [...].

Callado e Callado (2007) argumentam que um sistema de contabilidade de custos é criado e implantado para atingir finalidades específicas dentro de uma estrutura organizacional, podendo estas estar relacionadas com o fornecimento de dados de determinados custos para a medição, determinação da rentabilidade. É indicado, também, para a identificação de métodos e de procedimentos para o controle das operações e atividades executadas dentro de uma empresa rural, do mesmo modo que consiga adquirir informações sobre custos para a tomada de decisão e de planejamento.

No entendimento de Crepaldi (2009, p. 44):

A contabilidade no Brasil ainda é pouco utilizada devido ao desconhecimento da importância das informações geradas pela contabilidade no processo de tomada de decisão e também pela mentalidade conservadora do Empresário Rural que continua a utilizar controles baseados em sua experiência adquirida.

Gomes (2002, p. 21) “A contabilidade rural é um instrumento fundamental para o controle financeiro e econômico da propriedade rural; pode se afirmar que a utilização da contabilidade contribui, sob vários aspectos, com o ambiente onde a entidade esteja inserida.”

Para Crepaldi (2012, p. 49), “Todas as atividades rurais por menores que elas sejam, requerem um controle eficiente, uma vez que os impactos das decisões administrativas são fundamentais para uma boa gestão.”

Segundo Vilhena; Antunes (2010, p.4):

A conscientização do produtor rural, de que a contabilidade é uma ferramenta importante de gestão, que o planejamento e controle da produção são necessários em qualquer empreendimento, independente de seu porte, é uma tarefa árdua e difícil do profissional de contabilidade. Pois só assim, o contador estará cumprindo a sua função de gerar informações úteis para a tomada de decisão e consequente crescimento da empresa.

Crepaldi (2012, p.81) ressalta que “por lei toda e qualquer sociedade empresária é obrigada a manter um sistema de contabilidade, art. 1.179 do código civil.”

Afirmam Faria et al. (2010, p.14):

Conclui-se que a contabilidade rural é um importante instrumento para as empresas rurais, ou seja, o agronegócio, pois geram informações que possibilitam verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc. Tais informações são imprescindíveis para o processo decisório.

De acordo com Freitas (2017), a contabilidade rural pode ser definida como aquela que é aplicada aos empreendimentos rurais, ou seja, organizações que utilizam e trabalham com negócios ligados aos ramos da agricultura, agropecuária, zootecnia e agroindústrias.

Segundo Dalmolin e Silvério (2011, p.4):

A Contabilidade vem como um meio de se proteger desses riscos a que o produtor rural está exposto. A contabilização dos registros, e os relatórios gerados através dos fatos ocorridos, podem influenciar muito na análise e na tomada de decisão. O que se espera da Contabilidade é isso, gerar informações úteis e relevantes, para fornecer segurança ao usuário.

De acordo com BORILLI . et al., (2005) a contabilidade vem com o objetivo de ser uma ferramenta de gestão, para alavancar resultados a partir de seus dados, e assim o contador tem de oferecer as informações que possam ser utilizadas no planejamento do negócio.

De acordo com Ulrich (2009), a Contabilidade Rural sempre foi apreciada por sua habilidade de mensurar e de confirmar de forma objetiva os eventos, atividades e transações que são delineados e executados pelas empresas rurais. Por isso, ela é considerada competente a estabelecer uma nova base de dados gerenciais para dar amparo à excelência competitiva global, cooperando lucrativamente para as organizações rurais.

Para Ratko (2008 p. 23):

Toda a atividade rural, por menor que ela seja, requer controles eficientes, uma vez que as decisões tomadas, vão afetar diretamente a lucratividade do negócio. É comum, na maioria das administrações rurais, o abandono dos registros contábeis, por simples que possam ser esses lançamentos. As informações são guardadas apenas na memória, não sendo registrados fatos que são de extrema importância para

a correta compreensão dos resultados, e que no decorrer do tempo, são até esquecidos e deixados de serem computados na hora da comercialização de seus produtos, ou mesmo na hora de projetar novos investimentos.

O ponto fundamental na contabilidade é o uso da informação contábil como ferramenta para a administração por meio dos Balanços Patrimoniais, Demonstração de Resultados e outros relatórios, tornando-se, portanto, importante instrumento gerencial. Conforme Padoveze (2015), a informação contábil precisa atender a dois requisitos, para que tenha validade integral no processo de gestão administrativa:

- a) sua necessidade como informação;
- b) seu planejamento e controle.

Uma informação contábil necessita ser clara, precisa e oportuna. A informação lenta poderá perder sua validade, pois um sistema de informação contábil deve ser rigoroso, objetivo e dinâmico para atender às necessidades dos usuários no menor tempo possível. A partir do momento em que o empresário rural aderir um sistema de Contabilidade Rural, observa-se a relação custo/benefício que lhe proporcionará, além da capacidade de compreender e utilizar estes recursos que poderão fornecer-lhe dados confiáveis. Crepaldi (2015) comenta que o agricultor diminuiu o número de atividades em seu estabelecimento rural, dedicando-se apenas a uma ou duas espécies, especializando-se para melhorar a qualidade de seus produtos, visando a um mercado no qual receba um melhor preço.

De acordo Kruger, Mazzioni e Boettcher (2009), a Contabilidade Rural detém diversos designios relacionados ao processo de controle e planejamento das atividades do meio rural, tornando-se como uma ferramenta de apoio para a tomada de decisão. Pois ela fornece dados sobre as condições da empresa de expandir-se, sobre a necessidade de redução de custos ou despesas, sobre a captação de novos recursos, possíveis investimentos, entre outros.

As informações que a contabilidade pode fornecer ao produtor rural ou melhor dizendo empresário rural são de muita relevância, pois ela pode evidenciar necessidades da empresa, dando uma base mais sólida para administração da mesma, sendo que o mercado do agronegócio sofre muitas mudanças durante o ano, pois depende de clima, preço e produção, a contabilidade pode ajudar para que essas mudanças não gere muitos prejuízos (FONSECA, 2015).

Por menores que as atividades sejam, o uso de técnicas contábeis é necessário, e muitos agricultores acreditam que por serem pequenos, não necessitam dessas técnicas, arquivando os fatos apenas em suas memórias ou de forma informal. Em virtude da utilização

da contabilidade atual sendo um instrumento gerencial, é necessário que todo administrador saiba usar essa ferramenta na gestão de suas atividades. (Crepaldi 2012).

Segundo CREPALDI, (2012, p. 47)

O grande problema para utilização efetiva da contabilidade rural está na complexidade e no custo de manutenção de um bom serviço contábil a dificuldade de separar o que é custo de produção do que é gasto pessoal do empresário rural, a inexistência de recibos, notas fiscais, avisos de lançamentos e cópias de cheques ou extratos de contas bancárias pessoais fazem com que não se possa adotar a contabilidade para esse fim.

Em vista disso, é pertinente que todas as propriedades rurais, tenham pelo menos um membro com conhecimento em contabilidade ou gestão, para melhor e registrar suas operações, no que diz respeito, às informações que se acumulam durante os períodos. Nesse ponto, é praticamente impossível, analisar e discutir os resultados obtidos, sem ter as anotações e informações adequadas durante um determinado período. Portanto, cada propriedade rural, precisa ter em mãos todos os dados dos períodos para melhor organização e controle de sua produção (CALLADO; CALLADO, 2007).

Nesse sentido, Martins (2010) afirma que a administração de custos oferece um importante sistema de controle dos custos, gerando dados para as mais diversas funções e orçamentos, verificando as variações do período, buscando a redução dos custos e auxiliando na tomada de decisões. Enfim, Marion (2010) conclui dizendo que o foco da administração de custos se faz cada vez mais indispensável para o produtor rural gerenciar e controlar suas atividades.

2.4.1 Custos, Despesas e Investimentos

Segundo Martins (2008, p. 25) custos são gastos relativos ao bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. Considera-se custo de cultura os sacrifícios econômicos relacionados, direta ou indiretamente, com a transformação de ativos (exemplo: consumo de insumos ou pagamento de salários). Continuando, Martins (2008, p. 25) nos diz que despesas são bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receita.

As despesas são itens que reduzem o Patrimônio Líquido e que têm essa particularidade de representar sacrifícios no processo de obtenção de receitas. Os gastos, de forma generalizada, podem ser tanto os custos como as despesas. Para Martins (2008, p. 24) gastos são os sacrifícios financeiros (desembolso) que a entidade realiza para adquirir um bem

ou serviço, representado pela entrega ou promessa de entrega de um ativo que normalmente será dinheiro.

Investimento – É o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis ou não do momento do gasto. Podem ser de diversas naturezas e de períodos de ativação variados (MARTINS, 2008, p. 25).

Os custos podem ser classificados em Custos Direto e Indireto, dependendo de como são apropriados aos produtos. Para Crepaldi (1998, p. 91) os custos diretos de modo geral, identificam-se aos produtos agrícolas e variam proporcionalmente à quantidade produzida. Como, por exemplo, segundo o autor: Insumos; Mão de obra direta; Material de embalagem; Depreciação de equipamento agrícola; Energia elétrica das máquinas agrícolas; Consumo de combustível. Já os Custos Indiretos para serem incorporados aos produtos agrícolas, necessitam da utilização de critérios de rateios ou estimativas. Por exemplo: aluguel, iluminação, depreciação, salário de administrador, etc..

Além das classificações dos custos em Diretos e Indiretos, os custos podem ser qualificados de outras formas distintas. Tais classificações se denominam em Custos fixos e Custos Variáveis. Segundo Atkinson et al (2011, p. 183):

Custos fixos são aqueles que não mudam com alterações no nível de produção (ou de vendas) em curtos períodos de tempo. Por exemplo, o aluguel e o seguro de uma fábrica não mudarão, mesmo se a produção cair 5 a 10 %.

Custos variáveis: são aqueles que mudam em proporção às alterações no nível de produção (ou de vendas). Por exemplo, os custos de materiais diretos podem aumentar em 20% quando a produção cresce na mesma proporção (20%). Segundo Martins (2008, p. 52) fixos e variáveis se aplicam às despesas, enquanto diretos e indiretos se adequam aos custos.

Segundo Martins (2008, p. 37) Custeio por Absorção Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção. Ainda segundo Crepaldi (1998, p. 191) o custo dos produtos pelas empresas rurais é formado de três componentes básicos: x Insumos agrícolas; x Mão de obra direta; x Gastos gerais ou custos indiretos de produção, sendo estes alocados aos diversos produtos agrícolas através de diferentes critérios de rateio.

O Custeio por Absorção é o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, e no Brasil está contemplado no Pronunciamento Técnico CPC 16, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata da valoração de estoques, nos itens 12 a 14.

Conforme Crepaldi (1998, p. 93) Rateio representa a alocação de custos indiretos à produção, segundo critérios racionais. O autor ressalta que a simples mudança de um critério de rateio afeta o custo de produção e conseqüentemente afetará o resultado da Empresa Rural.

Segundo Marion (1996, p. 93) são dois os critérios de rateios de custos indiretos: x Custos Indiretos Comuns: Que são rateados na mesma proporção dos Custos Variáveis de cada centro de produção; x Custos Indiretos Específicos: Que são incorridos no período mais os valores recebidos dos Centros de Custos Indiretos Comuns.

Em resumo, a técnica de rateio é utilizada para a distribuição dos custos indiretos que não conseguem ser vistos de forma objetiva e segura a quais produtos se referem. Ex.: salários dos técnicos e das chefias; materiais e produtos de alimentação, higiene e limpeza (pessoal e instalações).

2.4.2 A escrituração

A escrituração constitui-se uma ferramenta importantíssima no cenário contábil, que passou por diferentes métodos e processos ao longo dos anos para aprimoramento, e devido a influência tecnológica, a escrituração também aderiu à este segmento. A partir daí, em meio as inovações da Era Digital e mudanças nas legislações, surge mais um desafio para os contabilistas, pois o cenário atual traz à este profissional um mundo novo a ser explorado e compreendido.

Para Gomes (2002, p. 27), método de escrituração constitui o conjunto de normas e princípios reguladores do roteiro a ser seguido nas tarefas de registros dos fatos administrativos. Há dois métodos de escrituração: Método das partidas simples e das partidas dobradas. O primeiro consiste em debitar ou creditar a conta de uma das pessoas físicas ou jurídicas que figurar na operação, sem atentar a qualquer princípio contábil; o segundo consiste no fato de que para cada operação há um débito e um crédito de igual valor.

Segundo Ribeiro (2013, p. 50), a escrituração é conceituada como “uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios (Diário, Razão, Caixa, etc.) todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial”.

É importante também que as informações dos lançamentos para escrituração estejam bem estruturadas e de acordo com os princípios da contabilidade, não infringindo nenhuma regra da ciência contábil, e por fim, os dados registrados devem possuir comprovantes idôneos que confirmem que o lançamento é válido. Então, é função do contador arquivar toda

a documentação entregue pela empresa por no mínimo 5 (cinco) anos, conforme determinado em lei, pois esta poderá ser solicitada pelo Fisco ou administradores a fim de comprovar a veracidade do registros ou esclarecer qualquer dúvida (SILVA et al., 2017).

Segundo o mesmo autor, Silva et al. (2017) diz que escriturar nada mais é do que registrar os acontecimentos, e o registro é a principal forma do homem de fazer com que informações que serão úteis à ele ou à terceiros em momentos futuros não sejam esquecidas, a contabilidade por meio da escrituração permite que empresas que possuem sua continuidade evolucionária baseada em números e volume de dados tenham maior controle de suas ações durante seu período de existência. Nesse sentido, vale ressaltar que atualmente a contabilidade e o próprio profissional contábil vêm cada vez mais ganhando espaço e se aprimorando. O que era no passado uma forma despreziosa de registro de patrimônios individuais, revela-se hoje como uma ciência social de caráter importantíssimo para condução dos negócios das empresas.

2.4.3 A receita

As receitas correspondem à recuperação dos custos suportados pela empresa e à obtenção da margem de lucro, decorrentes de suas atividades produtivas e das entradas de numerários (VALLE, 1987, P. 109). Pode ser definida também como a expressão monetária do agregado de produtos ou serviços transferidos por uma entidade para seus clientes durante um período de tempo (CASAGRANDE, 2006, p. 112).

Marion (1996, p 24) nos diz em sua obra que a receita da atividade agrícola se concentra após a colheita, que acontece uma vez ao ano ao contrário das outras atividades que sua comercialização se distribui ao longo de 12 meses.

2.4.4 Análises e demonstrações financeiras

Segundo Matarazzo (2010, p. 3) “As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis.”. E é pela análise de balanços que esses dados se transformam em informações e será mais eficaz e proveitoso quanto melhor informações produzir.

Segundo Matarazzo (2010, p. 3) “A análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões.”. Crepaldi (1998, p. 270) reintera

que para proceder à análise financeira de uma empresa rural é necessário que se utilize de informações inclusas no balanço patrimonial, do controle de caixa e do controle de estoque.

Segundo Padoveze (2010, p. 213) os indicadores financeiros “Objetiva detectar situações, verificar a tendência dos acontecimentos e dar subsídios para que a administração da entidade enfatize os esforços corretivos nas direções necessárias”. O Índice é a relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa (MATARAZZO, 2010, p. 81).

Segundo Crepaldi (1998, p. 273) são os seguintes os índices de avaliação que podem auxiliar a identificar a eficiência da administração, os quais verão abaixo cada um: x Índice de Rentabilidade; x Índice de Lucratividade; x Índice de Liquidez. Dentre as análises expostas, também há outras três análises de custos que ganham significância no instante de se planejar a produção agrícola. É o Ponto de Equilíbrio, a Margem de Contribuição e Margem de Segurança.

Segundo Padoveze (2010, p. 368) margem de contribuição “É a diferença entre o preço de venda unitário do produto e os custos e despesas variáveis por unidade de produto.”. Para se chegar a essa Margem de Contribuição se faz necessário separar as despesas fixas e variáveis. Os custos variáveis são deduzidos das vendas para obter a margem de contribuição, já os custos fixos são subtraídos da margem de contribuição para obter a renda líquida. Crepaldi (2004, p. 129) nos diz que: “a margem de contribuição é a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis.”.

Segundo Crepaldi (1998, p. 150) “O ponto de equilíbrio é aquele momento em que a Empresa Rural atinge um volume de vendas que lhe permite cobrir seus custos operacionais. Sem lucro nem prejuízo”. Santos (2011, p. 37) lembra que o ponto de equilíbrio será obtido quando o total dos lucros marginais, de todos os produtos comercializados, equivalerem ao custo estrutural fixo do mesmo período de tempo objeto da análise.

Santos (2011, p. 48) conceitua margem de segurança como o “diferencial entre o total de vendas planejadas e as vendas no ponto de equilíbrio de uma empresa.”. Quanto maior for a margem de segurança que uma empresa pratique, maior serão as chances de negociação de preços envolvendo as relações custo, volume e lucro. A cultura agrícola é uma atividade exposta a riscos, principalmente os climáticos, e compreendendo esses índices o produtor rural poderá ter uma visão mais estratégica para o sucesso de seu empreendimento.

A partir da atribuição correta dos custos diretos e indiretos, os agricultores devem considerar algumas ferramentas que a contabilidade de custos disponibiliza para a composição

do preço que o produto terá no mercado. Como benefício dessa alocação correta dos custos da produção, o agricultor terá controle das suas operações, buscando eficiência, economia e lucratividade (SILVA et al, 2011 apud SILVA FILHO, s.d).

Um dos principais critérios no campo é a tomada de decisões, a qual possui inúmeras finalidades, nas quais podemos destacar: Fazer o comparativo da atividade com outros agricultores; orientar operações pecuárias e agrícolas; fazer a medição do desempenho econômico e financeiro da empresa e de cada atividade produtiva; Controle em transações financeiras (CHAGAS et al. 2014).

3. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de teor qualitativo e descritivo, que visou a revisão integrativa para se chegar aos objetivos propostos. Dessa forma possibilitando a assimilação do conhecimento referente ao tema, procurando apontar lacunas a serem preenchidas com a efetivação de novos estudos para dar suporte a melhores práticas de atuação contábil. A revisão de literatura foi embasada em acordo com o título e por meio da internet, por meio da utilização do *Google* acadêmico, e SciELO.

Para reunir os estudos utilizou-se a descrição “contabilidade e produção rural”. O critério utilizado foram artigos relevantes ao tema, a partir deste critério, foram selecionados alguns artigos, para obter as informações que correspondessem ao norteamento do tema proposto, para se efetivar a análise dos estudos utilizou-se a estatística descritiva baseada na literatura pertinente.

Para Goode e Hatt , o estudo de caso é um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Considera a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos etc.). Vale, no entanto, lembrar que a totalidade de qualquer objeto é uma construção mental, pois concretamente não há limites, se não forem relacionados com o objeto de estudo da pesquisa no contexto em que será investigada. Portanto, por meio do estudo do caso o que se pretende é investigar, como uma unidade, as características importantes para o objeto de estudo da pesquisa.

Quanto ao estudo de caso, ele foi realizado em uma propriedade rural, localizada no município de Gameleira de Goiás-GO, por meio de um questionário contendo seis perguntas destinadas ao dono da propriedade. Por essa pesquisa ser uma atividade de conclusão de curso, o questionário não possuiu nenhuma pergunta que tenha constrangido o entrevistado, não havendo a necessidade de passar pelo comitê de ética em pesquisa.

3.1. Estudo de caso

A fazenda São João das Antas, objeto deste estudo, possui aproximadamente 24 hectares, localizada no município de Gameleira de Goiás-GO tendo como proprietário o Senhor José Boaventura de Andrade. A principal atividade da propriedade é a criação de gado para cria, recria ou compra de animais para engorda ou comercialização; no momento não contém nenhum funcionário registrado com regime CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), apenas nos dias de vacinação ou embarque de animais utiliza-se um ajudante que recebe pelo seu dia trabalhado.

4. RESULTADOS

Conforme abordado, realizou-se a pesquisa através de um questionário, aplicado a um produtor rural. As perguntas foram bem claras e objetivas, abordando a importância de um profissional na área da contabilidade, se ele havia interesse em ter um auxílio e a opinião do mesmo sobre o assunto.

Na primeira pergunta realizada, foi indagado se o produtor utiliza algum método para controle contábil em sua propriedade. Em sua resposta foi dito que não, pois ele atende suas necessidades conforme sua conta bancária. Com base nisso entendemos que o produtor não acompanha de forma correta a atividade financeira de sua propriedade, pois o mesmo mistura os custos operacionais da propriedade com seus custos pessoais.

Segundo Dias et al. (2019) ainda há desinteresse dos produtores rurais a não utilização da contabilidade, desconhecendo assim os benefícios que essa ferramenta pode trazer, no aumento da produção, pois através dos dados contábeis terá a viabilidade de observar a lucratividade ou não do negócio, e a partir desses proporcionar mais segurança na tomada de decisão, conduzindo o negócio de forma mais confiável e planejada.

Tratando-se de um melhor conhecimento sobre a contabilidade aplicada ao setor rural perguntou-se se funcionaria melhor sua atividade tendo auxílio de um profissional qualificado. Confirmando, o proprietário disse que “seria muito interessante a ajuda de um profissional capacitado monitorando os resultados financeiros da propriedade, assim, com essas informações a tomada de decisão na compra e venda de uma animal teria um gerenciamento melhor, aumento o lucro de seu negócio.”

Independente do porte da propriedade, está deve estar ligada a uma administração eficiente, então cabe ao proprietário rural aderir ao sistema contábil para que possa ter obtenção de melhores resultados, buscando o entendimento do produtor rural como um empresário, e que tenha uma visão de sua propriedade como uma empresa (RODRIGUES; BARBOSA, 2017).

Questionou-se ao produtor quais os métodos/meios de controle que ele utiliza para monitorar os resultados de sua propriedade. Tendo como atividade principal o gado de corte, o produtor realiza de forma bem simples os custos de sua propriedade, onde que ele diminui o seu custo operacional efetivo (COE) a renda bruta (RB), obtendo sua margem bruta (RB - COE), sendo a margem bruta superior ao seu COE o produtor considera como positiva sua remuneração.

Para que os custos da propriedade sejam avaliados corretamente é necessário que o produtor avalie pela ótica dos dispêndios operacionais, em que o COE é composto pelos gastos efetuados com insumos, mão de obra, operações mecânicas e despesas administrativas; o Custo Operacional Total (COT) é a soma do COE com as depreciações de máquinas, implementos, benfeitorias e pastagens e o pró-labore; o Custo Total (CT), que por sua vez, representa o COT adicionado da remuneração do capital investido

Dias et al. (2019) realizou uma pesquisa no município de Orós-CE e os resultados mostraram que 80% dos produtores não utilizam qualquer espécie de controle para a escrituração dos custos e atividades de manutenção da propriedade. Já dez por cento asseguram fazer anotações simples de controle das tarefas realizadas, e outros 10% revelaram fazer algum tipo de controle de gastos e despesas e entrada de dinheiro em planilhas eletrônicas. Sabendo que o lucro é a força que impulsiona a atividade financeira, o não acompanhamento dificulta a definição de objetivos e a análise de execução no decorrer das atividades.

Questionou-se se o proprietário estaria satisfeito com os resultados de sua propriedade e o que poderia ser melhorado. O produtor diz que diante dos resultados obtidos sua propriedade possui resultados satisfatórios, e que se houvesse a presença de um profissional no local essa realidade poderia ser mudada para melhor.

Entende-se que o produtor está satisfeito com a atividade que exerce e com seus resultados financeiros, mas que se houver uma oportunidade o produtor buscaria melhoras para sua renda. Para muitos pecuaristas é notável que à contabilidade rural passa despercebida e a, não procura por profissionais desta área por falta de condições ou por não conhecer o trabalho destes profissionais, mas diante desta realidade é importante demonstrar para essas

peçoas a importância do trabalho que pode ser desenvolvido, os resultados e controles que podem ser feitos e conhecidos (AMBRÓS et al., 2018).

Durante a entrevista, quando perguntado sobre o aprimoramento dos termos de registros e dos controles contábeis, o proprietário se mostrou bastante disposto a estar buscando alternativas que melhorem o seu negócio e que diminua o risco de ter prejuízos. Trazendo a contabilidade para a perspectiva da administração verifica-se que o uso da contabilidade da pecuária de forma eficiente, com sistemas eficientes, direcionados por um administrador de bom-senso, ocasiona uma análise minuciosa e realística das fraquezas e como erradicá-las, para que a organização mantenha forte sua atividade de produção (CREPALDI, 2011).

Por fim, questionou-se ao produtor se em sua região há profissionais contábeis capacitados a atender a demanda sobre contabilidade rural. Em resposta o proprietário disse que não, e que talvez essa seja uma das maiores dificuldades do município, pois possui um menor número de habitantes, e que a maioria dos profissionais encontrados estão lotados em outras áreas.

De acordo com Almeida (2018) a contabilidade rural ainda é um procedimento administrativo, pouco utilizado pelos donos de propriedades rurais, que, quando fazem uso dela, destina-se, praticamente para objetivos tributários apenas. Portanto é possível identificar a falta de conhecimento e o pouco empenho dos produtores rurais em fazer uso da contabilidade gerencial como base auxiliar na tomada de decisões. Outro fator importante observado, é que mesmo possuindo certa oposição ao uso da contabilidade, o produtor demonstra preocupação com o fisco e, infelizmente, falta de confiança nos profissionais que operam na elaboração da contabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o objetivo geral de avaliar de forma precisa a importância da contabilidade rural para o pequeno produtor foi alcançado e os objetivos específicos de historiar contabilidade, conceituar atividade rural e empresa rural e definir a contabilidade para o produtor rural também foram alcançados.

A finalidade desse estudo foi buscar mais conhecimento na área da Contabilidade Rural, justo que é pouco explorado esse setor pela área contábil. As empresas da área rural estão em um ambiente de constantes mudanças. Por ser um setor que trabalha com adversidades, como o clima e o preço de venda de seus produtos que é definido pelo mercado.

Adaptar-se a essa realidade é uma questão de sobrevivência o que busca-se na atual conjuntura é o desenvolvimento de controles e análises desse setor, para mantê-lo atualizado e com ferramentas que deixem seguros para a tomada de decisão e principalmente preparado para eventuais mudanças.

A partir da análise dos resultados obtidos no estudo de caso percebe-se que a importância da contabilidade para o pequeno produtor é essencial pois o mesmo melhoraria suas atividades rurais como pecuarista aprimorando o gerenciamento de sua fazenda e conseqüentemente aumentando o lucro de seu negócio.

Portanto, levando em consideração a importância desse assunto, e as poucas bibliografias na área de contabilidade rural, é preciso tornar mais simples os métodos da contabilização rural, para que os pequenos produtores consigam vistoriar melhor seus bens, já que a sua grande maioria não tem condições de arcar com um profissional, ou moram em pequenos municípios como Gameleira de Goiás-GO e não tem contato com esse profissional. Sendo assim, a utilização da contabilidade na área permitiria aos pequenos produtores uma forma mais eficiente e rentável de controle rural.

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adilson. A importância da contabilidade rural como ferramenta de gestão para as pequenas propriedades rurais: uma revisão bibliográfica. 2018.

AMBRÓS, V. A. B.; MARQUEZAN, L. H. F.; SCREMIN, T. A.; RIGON, L. Demanda não obrigatória pelo profissional contábil: uma análise no ambiente dos produtores rurais. Contabilometria, v. 6, n. 1, 2018.

ATKINSON, Anthony A et al. Contabilidade Gerencial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BORILLI, S. P.; PHILIPPSEN, R. B.; RIBEIRO, R. G.; HOFER, E. O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo-PR. Revista Ciências Empresariais da UNIPAR, Toledo, v. 6, n. 1, p. 77-95, 2005.

CALDERELLI, Antônio. Enciclopédia contábil e comercial brasileira 28. ed. São Paulo : CETEC, 2003.

CALLADO, A. A. C.; MORAES, R. A. M. Gestão empresarial no agronegócio. In A. A. C. Callado (Org.), Agronegócio (3a ed., Cap. 2, pp. 20-29). São Paulo: Atlas. 2011.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. Gestão de custos para empresas rurais. In: Congresso mundial de sociologia rural. Paraíba, 2007.

CASAGRANDE, Luiz Fernande et al. Conhecimento e Aplicação Contábil. 1. ed. Paraná: DRHS, 2006.

CHAGAS, M. F. et al. O USO DA CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE NA ATIVIDADE RURAL. Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática, v. 2, n.1, 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisorial. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural, uma abordagem decisória. 4. ed. revista, atualizada e ampliada – São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2004

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, E. C.; ANACLETO, M. T.; DOS SANTOS GOMES FILHO, A. Contabilidade Rural: Um estudo com Pequenos Produtores Rurais do Sítio Barra no Município de Orós, Ceará-Brasil. Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 13, n. 43, p. 164-174, 2019.

DI DOMENICO, D.; DAL MAGRO, C. B.; ZANIN, A.; BOSCHETTI, F. Viabilidade da cultura da soja orgânica versus soja convencional em uma pequena propriedade rural. CEP, v. 89809, p. 000, 2015.

DALMOLIN, A.; SILVÉRIO, A.C. Os benefícios da contabilidade rural para uma empresa agrícola de pequeno porte: um estudo caso; 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso Superior de Ciências Contábeis. Universidade Tecnológica Federal do Paraná

FARIA, D. C.; MONTOVANI, E.; MARQUES, S. M. A Contabilidade Rural no Desenvolvimento do Agronegócio, 2010 . Acadêmicos do da Faculdade Cenecista de Varginha – FACECA.

FARIA, Ana Cristina de; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução á teoria da contabilidade: para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FONSECA, R. A.; NASCIMENTO, N. F. D.; FERREIRA, R. D. N.; NAZARETH, L. G. C. Contabilidade Rural no Agronegócio Brasileiro. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 7, p. 1-12, 2015.

FRANCO, H. Contabilidade Industrial. 8ed. São Paulo: Atlas, 1988.

FREITAS, C. W. A importância da contabilidade rural. 2017. Disponível em: <https://suficienciacontabil.com.br/2017/11/06/importancia-da-contabilidade-rural/> Acesso em 28 abr. 2019.

GOMES, Aguinaldo Rocha. Contabilidade rural & agricultura familiar. Rondonópolis: A. R. Gomes, 2002.

GOODE WJ, HATT PK. Métodos em pesquisa social. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional;1979:422

KRUGER, Silvana Dalmutt; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni Francieli A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais. XVI Congresso Brasileiro de Custos – Fortaleza - Ceará, Brasil, 03 a 05 de novembro de 2009. Disponível em: www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0288_0280_01.pdf Acesso em: 21 mai. 2019.

LOPES DE SÁ. Antônio. Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Calos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, José Calos. Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária; 13 ed. São Paulo Atlas, 2012.

MARION, J. C. Contabilidade rural. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade rural. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. Contabilidade rural. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, E. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. Terra livre, v. 2, n. 19, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RATKO, Alice Terezinha. Contribuições da Contabilidade Rural para Propriedade Agrícola de Pequeno Porte. 2008. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/view/461>. Acesso em: 22 mai. 2019.

RIOS, R.P; NISHIO, E.S.T; VIANA, G; BATISTA, P.J. Principais alterações na estrutura das demonstrações contábeis a LEI 11.638/07. Revista Eletrônica Gestão e Negócios, São Roque v.1, n.1, p. 1-14, 2010.

RIBEIRO, R. R. M.; RAFFA, L. R.; MATTIELLO, K.; DE OLIVEIRA, N. C.; DE CAMPOS SOARES, A. C. O processo de financiamento da atividade rural e os resultados obtidos na visão da gestão de custos. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 544 p.

RODRIGUES, Sandra Jayne Loures; BARBOSA, José Fernando Muniz. Contabilidade Rural: A Importancia do Contador nas Empresas Rurais de Pequeno Porte no Município de Ouro verde de Goiás-GO. Anais SNCMA, v. 8, n. 1, 2017.

SANTOS, Joel José. Contabilidade e Análise de Custos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Valle, Francisco.

SILVA; Eleandra Holander da. Evolução e teoria da contabilidade: evolução acadêmica a luz da ciência. Disponível em: <http://www.fapb.edu.br/media/files/2/2-349.pdf> >acesso em 20/05/2019.

SILVA FILHO, Lucivaldo Lourenço. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgcontabeis/images/documentos/artlucivaldo.pdf>> . Acesso em: . 21/05/2019.

SILVA, Sabrina Eterna de Sousa Prudente; COSTA, Suelem Thainara Ferreira; SILVA, Clesiomar Rezende. A evolução da escrituração contábil à era digital, com foco na escrituração contábil digital e escrituração contábil fiscal: desafios dos contadores no cenário atual. Revista Saber Eletrônico, v. 1, n. 3, p. 38, 2017.

SILVA, Maurício Souza; ASSIS, Francisco Avelino de. A história da contabilidade no Brasil. Negócios em Projeção, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015.

MANUAL DE CONTABILIDADE AGRÁRIA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ULRICH, Elisane Roseli. Contabilidade Rural e Perspectiva da gestão do Agronegócio. 2009. Disponível em: https://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/108_1.pdf Acesso em: 22 mai. 2019.

VILHENA, N. L. J.; ANTUNES, M. A. A importância da contabilidade rural para o produtor rural. 2010. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/home> Acesso em: 20 de mai. 2019.